

**Fique ligado:**

Receba alertas de notícias urgentes de EXAME.com

Powered by Pushnews

Não, obrigado.

Oba, eu quero!

**Assine****BRASIL**

TCU pede que Dilma seja incluída em ação sobre Pasadena

O Estado revelou em 2014 que a petista foi favorável ao negócio, considerado um dos piores já feitos pela estatal

Por **Fábio Fabrini**

© 10 mar 2016, 14h44



**Fique ligado:**

Receba alertas de notícias urgentes de EXAME.com

Powered by Pushnews

Não, obrigado.

Oba, eu quero!

**Assine**

Dilma Rousseff: o Estado revelou em 2014 que a petista foi favorável ao negócio, considerado um dos piores já feitos pela estatal (Evaristo Sá / AFP)

Brasília – O ministro-substituto André Luís de Carvalho, do Tribunal de Contas da União (TCU), pediu que a corte inclua a presidente **Dilma Rousseff** e outros ex-conselheiros da **Petrobras** entre os responsáveis por prejuízos de US\$ 792 milhões na compra da Refinaria de **Pasadena**, no Texas (EUA).

A solicitação foi feita na quarta-feira, 9, com base em trechos recém-divulgados da delação premiada do senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Dilma era chefe do Conselho de Administração da Petrobras em 2006, quando o colegiado aprovou a aquisição, feita em duas etapas: uma naquele ano e outra em 2012.

O Estado revelou em 2014 que a petista foi favorável ao negócio, considerado um dos piores já feitos pela estatal. Em resposta ao jornal, ela alegou que só votou pela compra porque foi enganada por um parecer falho, que omitia cláusulas prejudiciais do contrato.

O documento, de apenas duas páginas e meia, foi elaborado pelo ex-diretor Nestor Cerveró, atualmente preso em Curitiba. Delatores da Operação Lava Jato revelaram que houve corrupção para que a refinaria fosse incorporada pela companhia.

Conforme reportagem recente da revista "Isto é", Delcídio teria contradito Dilma em depoimento. Segundo ele, a presidente sabia das irregularidades envolvendo a compra.

Ele contou que a tramitação do processo entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração durou apenas um dia. A negociação, acrescentou, foi feita com o conhecimento de todos, "sem exceção".

Após a divulgação da reportagem da IstoÉ a presidente rechaçou os argumentos do delator, reafirmou que não tinha conhecimento das irregularidades na época e acusou Delcídio de tentar atingi-la por sentimento de "vingança".

O TCU concluiu que houve várias irregularidades na compra de Pasadena, mas condenou apenas ex-executivos da Petrobras.

**Fique ligado:**

Receba alertas de notícias urgentes de EXAME.com

Powered by Pushnews

Não, obrigado.

Oba, eu quero!

**Assine**

Quando tomaram a decisão, ministros da corte pon
elementos.

is voltaria a ser avaliada se surgissem novos

Em comunicação apresentada aos pares, André Luís citou “manifestação promovida em acordo de delação premiada na qual o colaborador afirmou que os membros do Conselho de Administração da Petrobras tinham ciência das irregularidades existentes na aquisição da refinaria”.

Ele argumentou que, como administradores da empresa estatal, os conselheiros deveriam ter atuado segundo o “dever de diligência”, ou seja, com o devido cuidado e o necessário zelo na prática de todos os atos para a compra, obrigação prevista em lei.

“Por descumprirem esses deveres, os membros do Conselho de Administração devem responder, solidariamente com os da diretoria, pelos prejuízos causados à companhia, mesmo que não se tenha verificado o dolo, mas apenas a culpa (negligência, imperícia ou imprudência) em suas condutas, e ainda que eles não tenham obtido vantagens pessoais a partir do prejuízo”, escreveu o ministro.

Ele alega que não deve prosperar a alegação de que, no caso de Pasadena, o conselho foi “induzido a engano” pela falta de informações dadas pela diretoria, pois os integrantes do colegiado “não poderiam ter deixado de fazer o exame completo de toda a documentação, não podendo se contentar com as informações prestadas pela mera exposição geral da diretoria ou pela suposta leitura do malsinado resumo de poucas páginas”.

Carvalho afirmou que nem mesmo o “homem-médio”, sem as atribuições de um conselheiro de uma das maiores companhias do mundo, fugiria da obrigação de ler as cláusulas de um contrato privado.

O pedido do ministro foi enviado aos auditores do TCU para que se manifestem sobre a responsabilidade dos ex-conselheiros. Ele também requereu que a corte solicite à Justiça os termos da delação de Delcídio.

NOTÍCIAS SOBRE

CAPITALIZAÇÃO DA PETROBRAS CASO PASADENA COMBUSTÍVEIS DELCÍDIO DO AMARAL DILMA ROUSSEFF EMPRESAS EMPRESAS ABERTAS EMPRESAS BRASILEIRAS
EMPRESAS ESTATAIS ESTATAIS BRASILEIRAS INDÚSTRIA DO PETRÓLEO PERSONALIDADES PETRÓLEO PETROBRAS POLÍTICA NO BRASIL POLÍTICOS POLÍTICOS BRASILEIROS PT
TCU

Recomendado por



Pela Web